

PGBC reforça quadro com dez novos Procuradores

Em solenidade no Auditório Dênio Nogueira, localizado no Edifício-sede do Banco Central em Brasília, dez novos Procuradores tomaram posse em 25 de julho. A cerimônia contou com a presença do presidente do BC, Alexandre Tombini, e do Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams. Eles compuseram a mesa de trabalhos juntamente com o Procurador-Geral do BC, Isaac Sidney Menezes Ferreira, o presidente da APBC, Fabiano Jantalia, o diretor de Administração do Banco, Altamir Lopes, e a chefe do Departamento de Gestão de Pessoas, Nilvanete Ferreira da Costa.

Também fizeram parte da mesa a Procuradora-Geral da União, Hélia Bettero, e o conselheiro seccional da OAB/DF, Eduardo Toledo, representando o presidente Francisco Caputo. O presidente da OAB Federal, Ophir Cavalcante, foi representado pela conselheira Daniela Teixeira. O evento foi prestigiado por outros diretores do BC, subprocuradores, procuradores, analistas, técnicos, familiares e amigos dos empossados.

Além do presidente Fabiano Jantalia, a diretoria da APBC estava representada pelo secretário-geral Ricardo Balota; pelo diretor financeiro Sérgio Murta; e pelo diretor social José Augusto, todos lotados em Brasília. Os diretores lotados em outras unidades federativas também compareceram ao evento. O vice-presidente Thiago Melo e o diretor institucional Dilson Condé vieram à capital federal especialmente para receber os novos colegas e para participar da primeira reunião presencial da nova gestão da APBC.

Posse

A sessão de posse foi dirigida pelo Procurador-Geral do BC, Isaac Sidney Menezes Ferreira. Em breve discurso, ele ressaltou aos novos colegas que "é possível exercer o cargo de Procurador com independência, autonomia e liberdade, assim como ocorre com outros



Colegas empossados e autoridades que compuseram a mesa



Vice-Presidente Thiago com associados que prestigiaram a posse

servidores do Banco, como os analistas e os técnicos".

Disse ainda que "vale muito a pena estar na Casa, contribuindo para o mister constitucional do Banco Central". Aos recém-empossados, Isaac aconselhou que tenham ousadia para aplicar seus conhecimentos no dia-a-dia do exercício do cargo. "Somos desafiados cotidianamente pelos dirigentes da Casa neste sentido", completou.

Após o discurso do Procurador-Geral, os dez novos colegas foram chamados para assinar o termo de posse. Ingressaram oficialmente na carreira:

Daniel de Jesus Sousa Santos, Eduardo Ribeiro de Oliveira, Luiz Eduardo Galvão Machado Cardoso, William Matheus Fogaça de Moraes, Guilherme Costa Macedo, Camila Neves Willhelm, Amanda Marcos Favre, Leonardo Paz de Lima, Pablo Bezerra Luciano e Adnaldo Dominices Baia Filho.

Os Procuradores empossados assumiram os respectivos cargos em Brasília, Belém, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo.

A posse desse novo grupo de procuradores é resultado da articulação política da Diretoria da APBC, em conjunto com o Procurador-Geral Isaac Sidney, que teve papel decisivo nesta empreitada, junto aos órgãos competentes como Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O trabalho foi reconhecido pela procuradora associada Conceição Silva (foto acima). "Achei muito importante o ingresso dos novos Procuradores. Foi fundamental o apoio da APBC, mediante a articulação com o Gabinete da PGBC, para essa grande conquista da categoria. Espero que a APBC continue envidando esforços para conseguir prover todas as vagas da carreira de Procurador do Banco Central".

*APBC promove reforma administrativa.
Confira o novo endereço da Associação.*

*Em artigo, associado defende a
constitucionalidade do Exame da OAB.*



Novos horizontes

O Jornal da APBC chega ao segundo número coincidindo com o fim do primeiro trimestre de atuação dos novos gestores da entidade associativa. E chega mais robusto, com o dobro de páginas da primeira edição, novas seções e com a colaboração direta de associados, como no artigo assinado pelo colega Marcelo Labanca e na coluna "Aquela viagem", inaugurada pela Procuradora Fátima Regina.

Nesses dois meses entre as edições de maio e julho, muitos assuntos importantes relacionados ao cotidiano da carreira agitaram a pauta, a ponto de as oito páginas que ora se apresentam quase não serem suficientes para contemplar todos os temas reportados.

Este é o resultado do prosseguimento da política da APBC de ampliar e consolidar espaços conquistados pelas gestões anteriores.

Sobre a receptividade deste novo meio de comunicação entre a APBC e o associado, vale ressaltar que foi muito bem acolhido no âmbito da carreira e também nos meios externos ao BC como AGU, Forum Nacional da Advocacia Pública, Judiciário e autoridades.

Neste número, o público-alvo do Jornal também se amplia. Será enviado à casa dos Procuradores do BC aposentados e aos conselheiros federais da OAB.

Ao longo da presente edição, o associado poderá conferir em que pontos a atual diretoria já conseguiu avançar no plano de metas, com destaque para a reforma administrativa e para o êxito de 100% de filiação dos colegas recém-empossados. Em breve, teremos mais novidades! Aguarde.

Diretoria da APBC

Com a palavra, os novos colegas Procuradores do BC



A Procuradora Camila Neves Willhelm vai trabalhar em Porto Alegre. Para ela, o concurso foi um grande desafio.

"Até surgir este certame, muito pouco sabia sobre as instituições do Sistema Financeiro Nacional. Durante meus estudos, contudo, descobri minha paixão por esse tema, tanto que pretendo dar aulas de direito econômico assim que puder", revelou a nova colega.

Fazer parte da PGBC, segundo Camila, representa uma verdadeira superação. "Tenho certeza que encontrei a minha carreira".

O Procurador Pablo Bezerra Luciano, lotado na Procuradoria de Curitiba, revelou que a vontade de ingressar na carreira surgiu em 2009, depois de assistir a uma aula do professor Fabiano Jantalia na TV Justiça. "Achei muito interessante a área de atuação e, a partir daquele momento, passei a estudar com vistas ao concurso. À medida que ia avançando nos estudos, mais me sentia à vontade com o tema".



Pablo pretende seguir carreira no BC. "É uma instituição de nome muito respeitado. Para mim, é uma honra trabalhar no Banco Central como servidor público, como Procurador. Vou fazer o possível para ser digno desse cargo". Ele considera que o papel da APBC foi decisivo para oportunizar esse momento em que mais dez aprovados no certame tomam posse.



Leonardo Paz de Lima é natural de Brasília, cidade onde também foi lotado para atuar na PGBC. A escolha pela carreira foi recente e motivada especialmente pela divulgação da notícia de criação de mais 100 cargos de Procurador do BC. Mas, nas primeiras horas de estudo, Leonardo co-

meçou a constatar a importância do Banco Central do Brasil no cenário econômico mundial. "Minhas expectativas são ótimas ao assumir um cargo de grande responsabilidade e compromisso".

Ele endossou as palavras do Procurador-Geral quando disse que a demanda é grande tanto na esfera judicial quanto na parte consultiva. "Todos nós que tomamos posse hoje estamos dispostos a nos empenhar muito e contribuir para o desempenho do papel do BC na economia nacional e internacional".

Diretoria em contato direto com os candidatos

A diretoria da APBC criou um grupo de discussão específico, por e-mail, para atender às demandas de informação dos candidatos aprovados no 12º Concurso para o Cargo de Procurador do Banco Central.

O objetivo é prover os candidatos de informações seguras, consistentes e atualizadas sobre o andamento das nomeações.

Todos os candidatos aprovados, independentemente de terem participado ou não do curso de formação, podem participar do grupo. A Associação enviou convite, por e-mail, para os candidatos que já procuraram a entidade ou informaram seu endereço eletrônico. Novos pedidos de cadastro no grupo podem ser solicitados pelo endereço apbc@apbc.org.br.

Fortalecimento da APBC

Os dez novos integrantes da carreira já se filiaram à APBC, assim como os vinte colegas que tomaram posse ano passado. A diretoria agradece a confiança e ressalta como é importante este reforço no quadro de filiados para o fortalecimento da Associação.

APBC assume Diretoria Jurídica do Forum Nacional

A APBC assumiu a Diretoria de Assuntos Jurídicos do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal, que será comandada pelo Procurador do BC José Augusto Sansoni Soares, atual Diretor Social da Associação.

A posse da nova diretoria do Forum, que cumprirá mandato até o final de 2012, ocorreu em 10 de agosto na sede da ANPPREV em Brasília. Os atuais dirigentes foram eleitos em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 29 de junho.

Para José Augusto, "o Forum Nacional é um importante meio a ser utilizado na valorização das carreiras de Procurador do Banco Central, de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Procurador Federal, consolidando, cada vez mais, o reconhecimento dessas carreiras como função essencial à Justiça de nosso País".

Nova direção

A composição da nova diretoria ficou assim definida: o Procurador



José Augusto e demais diretores do Fórum

da Fazenda Nacional Alan Titonelli Nunes (SINPROFAZ), ocupando a presidência do Forum; a Advogada da União Joana D'Arc Alves Barbosa de Mello (ANAJUR), como vice-presidente; o Advogado da União Ciro Miranda Carvalho (ANAUNI), como Secretário-Geral; o Procurador do Banco Central José Augusto Sansoni (APBC), como Diretor de Assuntos Jurídicos; a Procuradora Federal Meire Lúcia Gomes Monteiro Mota Coelho (ANPPREV), como Diretora Tesoureira; e o Procurador Federal Rogério Filomeno Machado (ANPAF), como Diretor de Comunicação.

Posse de Ricardo Cueva no STJ

Em 13 de junho, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) empossou três novos ministros: Antônio Carlos Ferreira, Ricardo Villas Boas Cueva e Sebastião Alves Júnior. Membros da diretoria da APBC compareceram à solenidade de posse e também a evento social realizado em homenagem ao ministro Cueva.

Muitas autoridades, advogados e convidados lotaram o Pleno do STJ na cerimônia de posse. O vice-presidente da República, Michel Temer, represen-

tou a presidenta Dilma Rousseff.

Entre os três novos ministros provenientes do quinto constitucional, a APBC destaca o paulista Ricardo Villas Boas Cueva, designado para a Terceira Turma do STJ, especializada em questões de Direito Privado. A indicação do ex-militante da Advocacia Pública Federal, foi apoiada pela APBC e pelas demais entidades que compõem o Forum Nacional.

A nomeação do ministro Ricardo Villas Boas Cueva representa um acerto e, ao mesmo tempo, um ganho para toda sociedade, por ser ele detentor de um curriculum invejável. Esta é a opinião do Diretor Institucional da APBC, Dilson José Conde Freire.

O dirigente da Entidade completa: "é ainda mais emblemática porque, sendo oriundo da Advocacia Pública (Procurador da Fazenda), deverá se mostrar mais sensível às dificuldades enfrentadas pelos Advogados Públicos na defesa do erário e da Administração Pública de uma forma geral".



Diretores da APBC cumprimentam o novo ministro em evento social após a posse

Diretoria promove mudanças administrativas

Desde o dia 18 de julho, a APBC está instalada em novo endereço. Situada no Setor de Autarquias Sul, a menos de 400m da sede do Banco Central, a nova sede possui instalações mais confortáveis e mais adequadas às necessidades da entidade.

A locação da nova sala foi uma das primeiras medidas tomadas pela nova gestão. Além de estar bem mais próxima do local de trabalho em Brasília, a mudança traz economia de cerca de 30% nos gastos com a sede.

Com a mudança, a diretoria da APBC oferece um espaço mais racional para a gestão da entidade, buscando inclusive oportunizar a recepção de seus associados, principalmente de fora de Brasília, quando visitarem a capital.

O novo endereço da APBC é SAUS, Quadra 5, Bloco K, Edifício Ok Office Tower, Sala 606, Asa Sul, Brasília (DF).

Reorganização

A mudança da sede faz parte de um conjunto de medidas tomadas pela nova diretoria para profissionalizar a gestão da Associação. Desde a posse, a direção da APBC vem fazendo um balanço das receitas e despesas da entidade, em busca da racionalização de tarefas administrativas e principalmente de custos.

As primeiras medidas foram a substituição da secretária da entidade e a contratação de uma nova agência para cuidar das passagens aéreas eventualmente necessárias para o deslocamento dos membros da diretoria. Contudo, a principal meta da atual gestão é realizar, se possível ainda este ano, o I Congresso Nacional dos Procuradores do Banco Central.

Com essas iniciativas, a diretoria pretende manter uma estrutura enxuta mas eficiente, que permita mais agilidade e prontidão nas ações institucionais e melhor relação custo-benefício na atuação da entidade. Ainda em fase de estudos, a APBC intenciona disponibilizar os demonstrativos financeiros trimestrais da Associação na área restrita do site, como forma de propiciar ao filiado transparência ainda maior das ações da Diretoria.

Carreira de Procurador do BC consolida representação no CSAGU

Em bate-papo com o *Jornal da APBC*, o representante da carreira no Conselho Superior da AGU, Erasto Villa-Verde de Carvalho Filho, fez breve balanço sobre a primeira gestão de Procurador do BC no CSAGU. Ele considera o saldo positivo depois de um ano e quatro meses de atuação no colegiado e também agradece à APBC por este espaço para divulgação de assuntos de interesse da carreira discutidos no CSAGU.

Qual é sua avaliação sobre o primeiro ano de representação da carreira de Procurador do BC no CSAGU?

Tomei posse no Conselho Superior da Advocacia-Geral da União em 8.3.2010.

Na minha avaliação, o saldo é positivo. Alguns avanços foram alcançados no sentido da nossa efetiva participação no Conselho como uma das quatro carreiras que exercem a advocacia de Estado em âmbito federal.

Dentre as conquistas, merecem destaque as discussões sobre a reforma de nossa lei orgânica, cuja minuta de anteprojeto foi aprovada pelo Conselho e submetida ao AGU, além da aprovação do novo Regimento Interno do CSAGU (Resolução AGU nº 1, de 17.5.2011).

Oportuno registrar que levamos alguns assuntos específicos ao Conselho. Refiro-me à Proposta de Fiscalização e Controle nº 100, da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, mediante a qual aquela Comissão, afrontando a inviolabilidade do advogado assegurada pelo art. 133 da Lei Máxima, reputou ilegal o ingresso do Banco Central como amicus curiae na ADPF nº 165, que trata dos planos econômicos. Imediatamente, em 23.3.2010, denunciei tal ofensa a nossas prerrogativas profissionais ao CSAGU, solicitando a discussão do assunto naquele colegiado, a fim de que fossem adotadas providências contra a medida. Devo registrar que minha iniciativa mereceu o apoio, conforme Despacho PGBC-4220/2011, do Procurador-Geral do Banco Central, que também integra aquele Conselho.

Outra medida que merece ser lembrada diz respeito à manifestação do Advogado-Geral da União nos autos da ADI 2497, que, afastando qualquer



dúvida sobre o assunto, declarou que “a advocacia pública federal é exercida por quatro carreiras que, embora possuam atribuições semelhantes, são distintas entre si. Trata-se das carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional, de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil”, acrescentando que todas elas exercem “advocacia de Estado em âmbito federal”.

Neste período, quais foram os principais avanços no que se refere às atribuições da representação da carreira neste Conselho?

Logo que tomamos posse, participamos das sessões em que foi discutida a minuta de anteprojeto de lei complementar que propõe alterações na Lei Orgânica da AGU (Lei Complementar nº 73, de 1993). Segundo o texto aprovado pelo CSAGU e submetido ao Advogado-Geral da União, o mesmo tratamento hoje atribuído aos Procuradores da Fazenda Nacional será dispensado à nossa carreira. Além disso, a minuta confere, a todos os membros da Advocacia Pública Federal (Advogados da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal e Procurador do Banco Central), em pé de igualdade, prerrogativas que tornarão mais seguro o exercício de nossas atribuições. Teremos, ademais, assento definitivo no CSAGU, com as mesmas atribuições hoje previstas para as carreiras de Procurador da Fazenda e Advogado da União.

Há novidades próximas de serem implementadas no que diz respeito à realização de concursos?

Em sessão realizada em 18.2.2011, o Procurador-Geral Federal sugeriu que o CSAGU tivesse a atribuição de fixar as diretrizes dos concursos para Procurador Federal. Na esteira da sugestão do PGF, opinei no sentido de que o concurso para nossa carreira tivesse idêntico tratamento. Assim, por sugestão nossa, apoiada pelo Procurador-Geral do Banco Central (Ofício PGBC-1749/2011, de 14.3.2011) e aprovada pelo CSAGU, foi incorporada ao RI-CSAGU disposição que, no nosso entendimento, amplia a nossa capacidade de articulação e de participação nos destinos da Advocacia Pública Federal. Trata-se do § 6º do art. 5º, segundo o qual “O Conselho Superior da Advocacia-Geral da União deverá observar critérios disciplinadores uniformes para os concursos de ingresso nas Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional, de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central, respeitadas eventuais especificidades”.

O próximo concurso de Procurador do Banco Central, portanto, deverá seguir as diretrizes fixadas pelo CSAGU.

O processo de promoções na carreira de Procurador do BC poderá vir a ser regulamentado no âmbito do Conselho como já ocorre com as carreiras de PFN e AU?

Sim. Como já referi genericamente, com a reforma de nossa lei orgânica, o CSAGU terá atribuição para “organizar as listas de promoção e de remoção, julgar reclamações e recursos contra a inclusão, exclusão e classificação em tais listas, e encaminhá-las ao Advogado-Geral da União”, não só em relação às carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional, como hoje previsto no inciso II do art. 7º da LC 73/93, mas também no que se refere às carreiras de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central.

Acrescento que está em estudos no âmbito da PGBC um novo regulamento de promoções, cuja minuta inclui o representante da nossa carreira no CSAGU entre os membros do Comitê Especial de Promoções da Carreira de Procurador do Banco Central, de que trata o art. 5º do Regulamento anexo à Portaria PGBC nº 51.745, de 2.7.2009.

Advocacia não é consequência; é escolha! Em defesa do Exame de Ordem

Marcelo Labanca Corrêa de Araújo*

Tenho me impressionado, cada vez mais, com a quantidade de pessoas que procuram fazer o Curso de Direito na intenção de prestar algum tipo de concurso. Já perdi a conta dos médicos, engenheiros, odontólogos que foram meus alunos na Faculdade, estudando uma segunda graduação pela possibilidade de prestar concursos na área jurídica. Ou seja, estavam dispostos a abandonar suas profissões primeiras em busca de uma carreira pública mais estável.

Vejo que a sanha em busca da pretensa “estabilidade” de um cargo público fez com que houvesse uma demanda intensa pelo Curso de Direito. Não raras vezes, podem até ser escolhas de vida impostas ou influenciadas por pais aos filhos, com foco último nos “concursos”. E, ultrapassada a formatura, vem o Exame de Ordem. Hoje, a cada notícia de alto índice de reprovação no Exame, a imprensa também noticia que o Brasil é o país que mais possui Cursos de Direito no mundo. Quase um mil e trezentos. Claro, há demanda! E o mercado se encarrega da oferta. Mas, se aqueles que se formam em Direito não são advogados, juízes ou promotores (são sim bacharéis), indaga-se, então, por qual motivo os bacharéis procuram a Ordem dos Advogados do Brasil? Para serem advogados? Ou para utilizarem a profissão como trampolim para cargos públicos que exigem tempo de exercício de prática jurídica?

O fato é que, com a explosão do número de Faculdades de Direito pelo Brasil, há uma oferta crescente de profissionais que se formam, mas não passam nos desejados concursos. Isso reflete, naturalmente, em uma grande demanda pela profissão de advogado e, como a qualidade do



ensino não é ótima (para não dizer outra coisa), as reprovações no Exame de Ordem são inevitáveis. Fico a me perguntar, então, se a nobilíssima profissão de advogado é uma das tantas que os bacharéis podem seguir (há a magistratura, o Ministério Público, a Polícia, dentre tantas outras), por qual motivo seria dispensável o Exame de Ordem para Advocacia acolher bacharéis que podem, inclusive, não se sentirem vocacionados a tanto?

Honestamente, não consigo ver qualquer relação necessária de causa e efeito entre formar-se em Direito e ser advogado.

Ser advogado é uma escolha, não uma consequência!

Costumo dizer que a profissão de advogado é, para mim, uma das mais belas de todas, mas também é uma profissão que exige responsabilidade sem tamanho. O advogado deve estar preparado para servir ao próximo. Estar preparado para auxiliar àquele que necessita de ajuda e que tem sede de justiça. O advogado será a voz dos que não falam, os ouvidos dos que não escutam e os olhos dos que não veem. O advogado irá curar uma doença d’alma (quem, uma vez injustiçado, nunca adoeceu por dentro, de angústia ou ansiedade?).

Ruy Barbosa dizia em “Oração aos Moços”, que, na missão do advogado, também se desenvolvia uma espécie de magistratura, pois seriam “idênticas no objeto e na resultante: a justiça. Com o advogado, justiça militante. Justiça imperante, no magistrado”. De fato, na busca da paz, a voz da justiça é jorrada pela pena e lábios do advogado, que não deve se calar diante dos mais fortes, ou crescer sobre os mais fracos. Afinal, “paz sem voz não é paz, é medo!”.

Bem sabemos que todos somos livres para o exercício de qualquer profissão. Inclusive para a Advocacia. A própria Constituição Federal assim estabelece, no artigo 5º, inciso XIII. Mas, o mesmo dispositivo que dá a liberdade, define que a lei pode estabelecer as necessárias condições para o exercício de tal profissão. Como se vê, a liberdade comporta limites, claro. Não é um direito absoluto. Por isso, a profissão de Advogado não se conquista apenas com o término do Curso de Direito (um dos requisitos), assim também como isso não ocorre com as demais Funções Essenciais à Justiça. O bacharel não pode pretender ser Advogado, Juiz, Promotor, simplesmente porque terminou uma Graduação em Direito.

A constitucionalidade, portanto, do Exame de Ordem é manifesta, justamente pela ausência de causa e efeito entre se tornar Bacharel em Direito e ser um Advogado. Não há, então, como, sem prejuízo ao direito e à sociedade, prescindir do Exame de Ordem quando da escolha de vida pela advocacia.

**Mestre e Doutor em Direito Constitucional, Professor da Universidade Católica de Pernambuco e Procurador do Banco Central em Recife (PE)*

APBC consolida sugestões da carreira para disciplinar remoções

Por decisão da diretoria, a APBC constituiu grupo de trabalho para elaborar propostas para a criação de um Regulamento de Remoções da PGBC.

O grupo foi composto pelos Procuradores Thomaz Felipe Bileri Pazio, Rosely Palaro Di Pietro e Thiago de Castro Melo, vice-presidente da APBC, que coordenou os trabalhos.

Esta medida era uma antiga reivindicação dos associados e teve o objetivo de colaborar para o estabelecimento de critérios mais objetivos e estáveis para as remoções, permitindo, assim, maior parametrização da natural discricionariedade que é própria dos gestores.

Os procuradores que cuidaram desta tarefa fizeram amplo levantamento sobre como as regras de remoção são tratadas atualmente dentro do Banco Central e em outras carreiras da Administração Pública, em especial nas da advocacia pública federal.

Finalizada a pesquisa, e com base na minuta de regulamento de remoção apresentada à consulta pública aberta pelo Procurador Geral, foram feitas diversas sugestões de modificação e inclusão de regras.

Elaborada a minuta final consolidada, com as justificativas de inclusão e exclusão de regras regulamentares, o grupo encaminhou a proposta para a Diretoria da APBC, que após algumas considerações, encaminhou o estudo ao Procurador Geral no último dia 5 de julho.

“A expectativa é que as sugestões sejam acatadas e que, em breve, seja implementado o regulamento”, declara o vice-presidente da APBC, Thiago de Castro Melo.

CRSFN volta a ter representante da carreira

Em 26 de julho, o Procurador do BC Lucas Alves Freire tomou posse e participou da primeira reunião como membro suplente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

A portaria designando Lucas para o exercício da função como representante do Banco Central do Brasil foi publicada no Diário Oficial da União em 13 de julho. O mandato no Conselho é de dois anos, contados a partir da posse.

Conquista

Com a posse do colega Lucas, um Procurador do BC volta a ocupar uma vaga no referido Conselho, depois de longo período sem representante da carreira.

O último Procurador do BC com representação no Conselho havia sido o colega Wagner Fontes, lotado em Recife. Segundo ele, ter um integrante da PGBC no colegiado é muito importante para “fazer o contraponto a argumentos retóricos que afastem o bom Direito e que possam ameaçar a construção de solução adequada posta ao Conselho”. Além disso, Fontes sugere que, nesta retomada de espaço no Conselho, seja oferecido um grupo de apoio a representante da carreira. “A idéia é subsidiá-lo com elementos para proferir votos consistentes e interferir no processo de decisão”.

O Procurador Lucas Alves Freire foi indicado pelo Diretor de Fiscalização da autarquia, Anthero de Moraes Meirelles.

Antes mesmo de ser empossado, Lucas Freire comentou que a PGBC tem muito a contribuir para os debates travados no âmbito do CRSFN. “Como órgão julgador, compete ao Conselho promover a subsunção de princípios e regras que regem o Sistema Financeiro Nacional a situações concretas, decidindo pela aplicação de penalidades ou pelo arquivamento dos processos”.



Nesse sentido, completou Lucas, “os Procuradores do Banco Central têm a oferecer um enfoque jurídico ao tratamento dos casos levados à apreciação do colegiado, que, somado ao conjunto de conhecimentos técnicos dos especialistas da autarquia, poderá enriquecer ainda mais a participação do BC no Conselho”.

Primeiras impressões

Segundo Lucas, a participação nos julgamentos da sessão foi uma experiência muito proveitosa e desafiadora. O procurador teve a oportunidade de discutir com os demais conselheiros temáticas com as quais lida frequentemente na PGBC, podendo expressar suas convicções jurídicas sobre diversos assuntos, como a prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública e a suposta revogação do Decreto nº 23.258/33 por decreto presidencial editado em 1991.

Para o advogado público, “a experiência e a capacidade técnica dos conselheiros e procuradores da Fazenda Nacional que atuam no colegiado torna muito elevado o nível dos debates ali travados. Para que esteja apto a contribuir para o deslinde do julgamento, é imprescindível que o integrante do órgão se dedique ao estudo dos processos e do arcabouço normativo aplicável às situações examinadas.”

Promoções em estágio probatório

Associação encaminha pleito de alteração do regulamento ao Procurador-Geral

No dia 23 de maio, a Diretoria da APBC encaminhou ofício ao Procurador-Geral do Banco Central, Isaac Sidney Menezes Ferreira, sugerindo a alteração do Regulamento de Promoções, para permitir a promoção dos Procuradores em estágio probatório.

O estudo foi elaborado por um grupo de trabalho sob a coordenação do vice-presidente da APBC, Fabrício Nogueira. No documento, a APBC

apresentou variados fundamentos doutrinários e jurisprudenciais que demonstram a inexistência de óbice jurídico à alteração pretendida. Destacou-se, ainda, a necessidade de alinhamento, também nesse ponto, com as demais carreiras da Advocacia-Geral da União, que permitem expressamente a promoção em estágio probatório se houver disponibilidade de vagas.

Além do vice-presidente, o grupo

de trabalho responsável pelo estudo foi composto pelos diretores da APBC Sérgio Machado e José Augusto Soares, e contou com a colaboração dos associados Marcus Paulus Rosa, Fabiana Farias, Maurício Saliba, João Marcelo Magalhães, Júlia Vale, Cinthia Borges, Virna Barreto, Luís Copetti, Mariana Casati, Marcela Pricoli, Marília Ferreira, Thomaz Pazio e Renan Legay.

Paris aos olhos de Fátima

Adoro viajar. Meu pai me ensinou, desde pequena, que para realmente “viajar” – e me divertir de verdade –, não vale a pena visitar apenas os pontos turísticos, mas tentar “entrar no clima” do lugar, observar seu povo, seus costumes e tentar entender – aos olhos deles – como a vida corre.

Não há lugar mais prazeroso para isso que Paris. Cidade antiga, linda, deliciosa, orgulhosa de sua beleza, de cultura milenar, pois ainda conserva a riqueza das obras de vários períodos, sobretudo da renascença e do iluminismo, e que não teve o acanhamento de buscar – como declaradamente o fez na era de Napoleão – ser o centro do mundo.

A primeira vez que estive em Paris, ainda adolescente, lembro-me do meu deslumbramento. Como podia uma cidade tão antiga ser tão linda, tão elegante, com vasos de flores nas janelas dos apartamentos, sem qualquer lixo na rua, com todos os prédios dos principais bulevares e avenidas com pinturas tão novas? Com o passar do tempo (e depois de conversar com alguns parisienses) descobri que isso decorre de várias questões, desde normas municipais, até e principalmente, do grande amor que o parisiense tem por sua cidade.

Sendo assim, vamos desfrutá-la. Para isso, se possível, é preciso pelo menos uns sete dias, tal como planejei da última vez, quando fui para lá com meu marido em uma viagem onde só havia preparado três coisas: passagens aéreas, hotel, em Saint-Germain-des-Prés (reservado via

www.booking.com) e o meu guia predileto de Paris (o Guia Visual publicado pela Folha de São Paulo).

Lá chegando, já pegamos o metrô para o hotel, com mala e tudo (quanta civilização!), e pé no Mundo. Compramos uma Carte Orange (tíquete de metrô semanal ilimitado), que soube agora disponível apenas para moradores da Grande Paris, e visitamos os principais locais turísticos e museus, bem como o imperdível Palácio de Versailles (para tal tomamos um trem na estação Châtelet), já que era a primeira visita de meu marido a Paris.

Aproveitamos para ir à Rue Mouffetard, uma das mais antigas de Paris, com suas pequenas confeitarias, lojas de queijos, antigos restaurantes e alguns mercados étnicos por perto. Após um bucólico passeio nos Jardins de Luxembourg, lugar frequentado pelos parisienses, fomos ao belo Museu de História Natural, que fica dentro do Jardin des Plantes. Fizemos comprinhas para as crianças no Champs Elyssée (sim, lá tem um super loja da Disney!).

Também comemos em pequenos bistrôs pelos quais passávamos e onde a comida era invariavelmente boa e bem em conta para o atual exorbitante padrão de preços no Brasil (uma fórmula, que é um menu com entrada, prato principal e sobremesa, é oferecida por 15/18 euros). Um bistrô muito romântico que recomendo sempre aos meus amigos é o Le Poulbot, perto da Place de Tertre (praça dos artistas), no boêmio bairro de Montmartre.

No mesmo bairro, em frente ao último espaço urbano onde se mantém uma



Restaurante Le Poulbot, em Montmartre

vinha (com pequena produção anual de vinhos), destaco também o Au Lapin Agile (Rue des Saules, 22), um café (mais noturno) que era muito popular entre os artistas e intelectuais na virada do século 19 para o 20. Aliás, foi lá que o romancista Dorgelès, com ódio da arte moderna (de Picasso e outros pintores do “Bateau-Lavoir”), fez a seguinte brincadeira: amarrrou um pincel no rabo do burro do dono do café e a tela resultante foi exposta no Salon des Indépendents com o título “Por do Sol no Adriático”. Só não sei dizer se a tela foi vendida e alcançou bom preço...

Outro programa inesquecível, antes de um passeio de Bateau Mouche no início da noite, é simplesmente passear às margens do Sena, apreciar o famosíssimo sorvete na Maison Bertillon (Rue St-Lois-em-l’Île, 31), explorar cada cantinho e deleitar-se com a vista e o clima de fim de tarde, onde encontramos pessoas saboreando bom vinho, tocando violão e fazendo o que há de melhor na vida: ser feliz!

*Fátima Regina Maximo Martins Gurgel
Procuradora-Regional do Banco Central
no Rio de Janeiro*

Campanha salarial: Forum negocia com MPOG

As entidades que compõem o Forum Nacional da Advocacia Pública Federal estão em negociação permanente com representantes do Ministério do Planejamento para tratar da recomposição salarial e também da necessidade de garantir tratamento isonômico às Funções Essenciais à Justiça.

Nos últimos três meses, o Forum foi recebido duas vezes pelo secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva Ferreira e pela diretora do Departamento de Trabalho daquela secretaria, Marcela Tapajós e Silva. Nestas oportunidades, os dirigentes do colegiado reiteraram a pauta básica de reivindicações, com destaque para a adoção imediata dos valores constantes da PEC 443/09. Além disso, insistem na implementação de uma reestruturação remuneratória que permita a equalização dos subsídios com as demais

funções essenciais à Justiça.

Duvanier tem elogiado a postura de diálogo e de negociação mantida pelo Forum, e reafirmou que vê na entidade a condição de única representante legítima da Advocacia Pública Federal.

No tocante ao pleito remuneratório do Forum, ele informou que o governo já iniciou a análise técnica da proposta apresentada pela entidade, juntamente com as reivindicações apresentadas por outras carreiras, com vistas à mensuração de seu impacto financeiro-orçamentário. O secretário disse ainda que não obstaria às pretensões relatadas, e que o próximo passo é dar o devido encaminhamento do pleito para o debate dentro do governo.

Duvanier adiantou que a SRH vê como legítima a pretensão do Forum de uma reestruturação remuneratória que tome por base a equalização com as demais Funções Essenciais à Justiça, diante

das peculiaridades da carreira. Tanto o secretário Duvanier quanto a diretora Marcela Tapajós demonstraram preocupação com o relato do Forum, no que se refere à comparação com os Procuradores de Estado e boa parte dos Defensores Estaduais, e manifestaram o interesse em receber dados mais detalhados sobre o tema por parte do Forum.

De pronto, os dirigentes do Forum apresentaram vários dados oficiais sobre a atuação e o papel estratégico da AGU, sobre os índices de evasão e a política remuneratória inferior a vários Estados da Federação, bem como sobre os problemas estruturais, como a própria falta de uma carreira de apoio devidamente estruturada. Dados complementares sobre as discrepâncias remuneratórias foram encaminhados à SRH dias após a última reunião ocorrida em 22 de julho.

Capacitação

Procuradores do BC por dentro do sistema jurídico americano

Quatro Procuradores do Banco Central passaram quase um mês nos Estados Unidos freqüentando curso de Introdução ao Direito Americano. O curso foi oferecido pela Escola da Advocacia Geral da União e resultou de parceria firmada com a Escola de Direito Thomas Jefferson, instituição sediada em San Diego, na Califórnia.

Além de Procuradores do BC, Advogados da União, Procuradores da Fazenda e Procuradores Federais participaram do curso, completando a delegação de 50 membros da AGU. O curso também contou com a participação de advogados privados.

O programa do curso aliou teoria e prática com o objetivo de proporcionar aos participantes um panorama do Direito e do Sistema Jurídico norte-americano. O vice-presidente da APBC Fabrício Nogueira considera que a iniciativa foi muito bem sucedida no propósito de oferecer uma visão geral do ordenamento jurídico americano. Ainda de acordo com o Procurador, houve um intenso e rico intercâmbio de informações entre os participantes do curso e os profissionais do Direito daquele país que, de alguma forma, colaboraram com o programa.

Após conhecer melhor o Direito e o Sistema jurídico norte-americano, ele chegou à conclusão que “existem muito mais semelhanças do que tinha conhecimento entre os sistemas brasileiro e americano. Parece-me possível falar, inclusive, que os dois modelos estão em movimento de convergência”.

Outro ponto alto da experiência, segundo Fabrício, foi a grande integração das carreiras da AGU. Opinião



Procuradores César, Júlia, Fabrício e Nadja

compartilhada pelos Procuradores do BC Júlia Vale, César Cardoso e Nadja Menezes, os outros três representantes da carreira na turma.

“Acredito que a realização de curso no exterior proporciona um excelente desenvolvimento profissional e pessoal. Tive oportunidade de me deparar com formas diferentes de pensar o direito e, também, de conhecer novos colegas de profissão”, afirma a Procuradora Júlia Vale. Para ela, resultado da experiência foi extremamente positivo, sob os mais diversos aspectos. “Por isso, caso cursos similares sejam oferecidos no futuro, recomendo a participação a todos colegas da PGBC.”

Nas duas primeiras semanas, os alunos assistiram a aulas diariamente, cumprindo a programação teórica do curso. Neste período foram submetidos a testes práticos. Eles tiveram que elaborar petição em resposta a um caso hipotético, de maneira semelhante aos documentos que são formulados pelos advogados que militam nos Estados Unidos. O teste fez parte do treinamento

de redigir petições no estilo americano, o que também desafiou os alunos a realizarem buscas e pesquisas nas principais plataformas jurídicas americanas (Westlaw e LexisNexis).

Visitas

Na terceira semana, além de aulas e novos testes, os alunos participaram de visita oficial ao Federal Reserve de Los Angeles. Na ocasião, tiveram a oportunidade de conhecer o Federal Reserve System, um sistema integrado que, em termos de atribuições desempenhadas, funciona como uma espécie de Banco Central dos Estados Unidos da América.

A última semana do curso teve como programação a visita às Cortes Federais e Estaduais do Estado da Califórnia, oportunidade em que os alunos puderam ver na prática os procedimentos ensinados nas aulas teóricas do curso.

“As visitas às cortes, sem dúvida alguma, foram relevantes para o curso. Foi fascinante ver a aplicação do Direito em outro ordenamento jurídico, ter contato com o que se chama de “law in action”, circunstância que demonstra o êxito do curso, que compaginou as indissociáveis facetas teórica e prática do processo de aprendizagem.”, destaca o vice-presidente Fabrício Nogueira.

Novas turmas

A intenção da Escola Superior da AGU é realizar o curso periodicamente. A formação de nova turma em parceria com a Escola de Direito Thomas Jefferson está prevista para janeiro de 2011. Acompanhe informações sobre as oportunidades de capacitação da carreira no site da AGU.

EXPEDIENTE

Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central do Brasil - APBC

Endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 5, Bloco K - Edifício OK Office Tower, Sala 606 - CEP: 70070-050 - Brasília (DF)
Telefones: (61) 3321-0337 e (61) 8181-4300 - Site: www.apbc.org.br - Email: apbc@apbc.org.br

Gestão 2011/2013

Presidente
Fabiano Jantalia Barbosa (DF)
Vice-Presidentes
Fabrício Torres Nogueira (DF)
Thiago de Castro Mello (RS)
Secretário-Geral
Ricardo Ferreira Balota (DF)
Diretor Financeiro
Sérgio Murta Machado Filho (DF)
Diretor Social
José Augusto Sansoni Soares (DF)
Diretor Institucional
Dilson José Condé Freire (PE)

Conselho Fiscal
Albino Matias da Natividade (PR)
Júlia Wanderley Vale Cadete (DF)
Leandro Sarai (SP)
Representantes Regionais
Representante na Bahia
José Alves da Rocha Reis Neto
Representante no Ceará
Marcela Freire Torres
Representante no Distrito Federal
Marcus Paulus de Oliveira Rosa

Representante no Pará
Vina Menezes Carlos Barretto
Representante no Paraná
Andre Cerqueira Correa
Representante em Pernambuco
Ednaldo Barbosa de Lima
Representante no Rio de Janeiro
Renan Legay Vermelho
Representante no Rio Grande do Sul
Maurício Henrique Souza e Silva
Representante em São Paulo
Luiz Haroldo Gomes Soutello